



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**FABIANA DA SILVA**

**DIREITO À EDUCAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA E TRAJETÓRIA  
EDUCACIONAL DE UMA ALUNA EM FORMAÇÃO**

**Guarabira – PB  
2023**

FABIANA DA SILVA

**DIREITO À EDUCAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA E TRAJETÓRIA  
EDUCACIONAL DE UMA ALUNA EM FORMAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduada em Pedagogia.

**Área de concentração:** Fundamentos da educação e formação docente.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>Thayana Priscila Domingos da Silva

**Guarabira – PB  
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586d Silva, Fabiana da.  
Direito à educação [manuscrito] : relato de experiência e trajetória educacional de uma aluna em formação / Fabiana da Silva. - 2023.  
57 p. : il. colorido.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2023.  
"Orientação : Profa. Dra. Thayana Priscila Domingos da Silva, Departamento de Educação - CH."  
1. Relato de Experiência. 2. Direito à Educação. 3. Trajetória Educacional. I. Título  
21. ed. CDD 342

FABIANA DA SILVA

**DIREITO À EDUCAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA E TRAJETÓRIA  
EDUCACIONAL DE UMA ALUNA EM FORMAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
(Monografia) apresentado ao  
Departamento do Curso de  
Pedagogia da Universidade Estadual  
da Paraíba, como requisito parcial à  
obtenção do título de Graduada em  
Pedagogia.

**Área de concentração:** Educação.

Aprovada em: 24 / 11 / 23

**BANCA EXAMINADORA**

Thayana Priscila Domingos da Silva  
Profa. Dra. Thayana Priscila Domingos da Silva (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Francineide Batista de Sousa Pedrosa  
Profa. Ma. Francineide Batista de Sousa Pedrosa  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Jaqueline Leandro Ferreira  
Profa. Dra. Jaqueline Leandro Ferreira  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pelo dom da vida e de me permitir mais uma concretização mais um sonho em minha vida.

A meus pais, pelos ensinamentos, in memória ao meu pai Manoel Joaquim da Silva. Em especial a minha mãe Hilda Luiz da Silva, uma mulher guerreira, batalhadora que nunca desistiu de suas lutas e foi através dela que conseguir chegar até aqui.

A meus digníssimos irmãos, pela força, e em especial ao adorável e amável irmão, o Doutor Thiago Felipe da Silva, por ter sempre me incentivado nos estudos, assim como na vida.

De forma especial, ao meu esposo Valdir Paulino da Silva, que sempre me encorajou e torceu por mim acima de tudo.

A meus amigos em geral, como também especialmente a minha turma na Universidade, em nome de Jardelly Luis Lira, um presente que a UEPB me proporcionou, levarei para vida. Minhas manhãs não seriam as mesmas sem ela.

A minha professora da Alfabetização, Maria José da Conceição, pela qual tenho grande carinho e admiração. Desde já agradeço por ter disponibilizado um pouquinho de seu precioso tempo para mim.

Aos professores que contribuíram com seus ensinamentos para minha aprendizagem: vocês serão sempre lembrados por mim, da infância para a vida.

A minha orientadora Doutora Thayana Priscila Domingos da Silva, pela paciência e dedicação durante todo o percurso trabalhado, minha eterna gratidão.

## RESUMO

Este trabalho relata a experiência e a trajetória educacional de uma aluna do curso de Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba, que vivenciou as dificuldades e as conquistas do direito à educação na zona rural do município de Pilões/PB. O objetivo geral deste trabalho é refletir sobre o direito à educação construída historicamente, partindo do viés da narrativa de trajetória educacional conduzida pelo relato de experiência de uma aluna em formação. Considerando a sua trajetória educacional na infância e o seu processo de formação inicial no ensino superior. A metodologia utilizada partiu das narrativas escritas no contexto de (auto) relato de experiência a partir da trajetória educacional de uma aluna da zona rural em contexto atual de formação universitária, além de um levantamento de dados a campo, a fim de buscar elementos da educação escolar e uma entrevista com a ex-professora que atendia na região da zona rural. Além disso, empregou-se o aporte teórico-metodológico a partir de Breton (2011), Marconi e Lakatos (2003), Ferraro (2008), Saviani (2008), Gentili (1998), Cury (2002), Freire (1996), Flach (2011), Mussiet *al.* (2021) entre outros. Portanto, refletir a respeito dessas experiências proporcionou um encontro com a perspectiva em torno dos direitos básicos acessíveis ou não aos cidadãos em suas trajetórias, especialmente no âmbito educacional.

**Palavras-chave:** Relato de Experiência; Direito à Educação; Trajetória Educacional.

## **ABSTRACT**

This work tells The experience and the educational trajectory of a student at Pedagogy's course at Universidade Estadual da Paraíba, Who lived the difficulties of right to education in country zona in town of Piloões/PB. The main objective of this work is reflect about the right to education socially built, coming from the perspective of narration of educational trajectory in early childhood and its process of initial formation in graduation. The methodology used came from narrations written in the context of (self) report of experience from the educational trajectory of a student in country zone in a current context of university formation, beyond a field survey of data, aiming to search elements of school education and in interview with the former teacher Who attended the region in country zone. Moreover, it was used the methodological theoretical support from Breton (2011), Marconi and Lakatos (2003), Ferraro (2008), Saviani (2008), Gentili (1998), Cury (2002), Freire (1996), Flach (2011), Mussi et al. (2021) among others. Therefore, reflecting about the experiences proportionated a meeting with the perspective around of Basic rights accessible or not to citizens in their trajectories, especially in educational área.

**KEY-WORDS:** report of experience; right to education; educational trajectory.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Imagem 1</b> – E.M.E.F. Dulce Serpa de Menezes.....	27
<b>Imagem 2</b> – Grupo Escolar Municipal de Avarzeado de Baixo .....	29
<b>Figura 1</b> – Ficha de matrícula em 1996 .....	30
<b>Figura 2</b> – Ficha de matrícula em 1998 .....	31
<b>Imagem 3</b> – E.M.E.F. Alcides Lourenço atualmente após a reforma.....	32
<b>Imagem 4</b> – E.M.E.F. Alcides Lourenço antes e depois da reforma .....	32
<b>Imagem 5</b> – Professora Maria José da Conceição dando aula .....	41

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**BDTD** – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

**DOAJ** – Directory Open Access of Journals

**EMEF** – Escola Municipal de Ensino Fundamental

**ENEM** – Exame Nacional do Ensino Médio

**KM** – Quilômetros

**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

**PB** – Paraíba

**PSS** – Processo Seletivo Seriado

**PROEST** – Pró-Reitoria Estudantil

**RE** – Relato de Experiência

**UEPB** – Universidade Estadual da Paraíba

**UFPB** – Universidade Federal da Paraíba

**SISU** – Sistema de Seleção Unificado

**SCIELO** – Scientific Electronic Library Online

**LATINDEX** – Sistema Regional de Informação Online para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

**TCLE** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 DIREITO À EDUCAÇÃO: POLÍTICAS E LEGISLAÇÕES EDUCACIONAIS.....</b>	<b>13</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>18</b>
3.1 Relato de Experiência como possibilidade na Pesquisa em Educação: um método reflexivo e transformador.....	18
3.2 Percorso metodológico.....	21
<b>4 RELATO DE EXPERIÊNCIA E O DIREITO À EDUCAÇÃO: TECENDO RELAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA EDUCACIONAL.....</b>	<b>23</b>
4.1 Trajetória Professoral e o Direito à Educação: formação e atuação.....	35
4.2 Grupo Escolar Alcides Lourenço; narrativa de uma ex-professora.....	40
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>49</b>
Anexo A - Ficha de matrícula em 1994.....	49
Anexo B - Ficha de matrícula em 1996.....	50
Anexo C - Ficha de matrícula em 1998.....	51
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>52</b>
Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	52
Apêndice B - Roteiro de Entrevista com a professora da E.M.E.F. Alcides Lourenço.....	54

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visou estudar sobre o direito à educação partindo de um contexto de experiências vividas pela aluna, autora e sujeita da pesquisa, em formação buscando uma análise comparativa das vivências através da sua condição de vida na tenra infância com o processo formação inicial enquanto aluna do curso de Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB/Campus III.

Sendo assim, o trabalho justifica-se pela análise do processo histórico ao direito à educação, instituído no Brasil como um direito social a partir de dispositivo constitucional nos anos de 1988. Apesar de ter a constitucionalidade ao direito educacional a população brasileira, o processo de acesso e permanência a escola foi condicionado de modo gradativo a partir da universalização do ensino fundamental e ampliação das instituições escolares nacionais, especialmente nas regiões de zona rural nordestina. Desse modo, problematizamos: como se encaminhou o processo de trajetória educacional da aluna em formação a partir da garantia do direito à educação? Contudo, em especial, dedicamos à construção da pesquisa a partir do relato de experiência particular de uma aluna do curso de pedagogia da UEPB.

Esta pesquisa propôs como objetivo geral refletir sobre o direito à educação construída historicamente, partindo do viés da narrativa de trajetória educacional conduzida pelo relato de experiência de uma aluna em formação. Como objetivos específicos, elencamos:

- Discutir teoricamente sobre relato de experiência para a pesquisa acadêmica;
- Analisar o contexto histórico do direito à educação no Brasil, partindo das políticas educacionais e, sobretudo, dos dispositivos legais;
- Relatar sobre a experiência de vida no contexto do direito à educação, tecendo relação entre a trajetória educacional da aluna em sua infância e no seu processo de formação;
- Apontar elementos da educação com abordagens metodológicas para a educação;

- Situar o cotidiano escolar do período compreendido nos anos de 1990 por meio de entrevista com uma ex-professora da E.M.E.F Alcides Lourenço, localizada no sítio Engenho Avarzeado de Cima, Pilões/PB.

O estudo é uma pesquisa em educação com abordagem qualitativa de caráter descritivo. Para isto, foi feita uma revisão da literatura sobre Relato de Experiência e Direito à Educação a partir de Breton (2011), Marconi e Lakatos (2003), Ferraro (2008), Saviani (2008), Gentili (1998), Cury (2002), Freire (1996), Flach (2011), Mussiet *al.* (2021) entre outros.

A metodologia utilizada partiu das narrativas escritas no contexto de (auto) relato de experiência a partir da trajetória educacional de uma aluna da zona rural em contexto atual de formação universitária, além de um levantamento de dados a campo, a fim de buscar elementos da educação escolar e uma entrevista com a ex-professora que atendia na região da zona rural.

Portanto, o trabalho está organizado em uma introdução, três capítulos, considerações finais, referências, anexos e apêndices. No primeiro capítulo, discorreremos sobre o Direito à educação e algumas legislações educacionais que tratam sobre o acesso à educação, como a LDB (1996), a Constituição Federal Brasileira de 1988, entre outros. No segundo capítulo, realizamos uma discussão em torno do método Relato de Experiência como alternativa teórico-metodológica para a pesquisa científico-acadêmica bem como apresentamos o percurso metodológico escolhido para desenvolver a pesquisa. Na quarta parte, realizamos a descrição, análise e reflexão dos relatos de experiências a partir da trajetória educacional da infância até o processo de formação inicial, relacionando as vivências com os autores (as) que tratam das temáticas, como o fracasso escolar, direito à educação, entre outros. Também situamos o cotidiano escolar a partir de uma entrevista com a ex-professora de uma instituição.

## 2 DIREITO À EDUCAÇÃO: POLÍTICAS E LEGISLAÇÕES EDUCACIONAIS

A educação é um direito fundamental de todo cidadão brasileiro, garantido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Esses documentos estabelecem os princípios, as finalidades, os objetivos e as diretrizes da educação nacional, bem como os deveres do Estado e da sociedade na sua promoção e garantia.

No entanto, a efetivação desse direito ainda enfrenta muitos desafios, especialmente no que se refere à educação na zona rural, que abrange as populações que vivem nas áreas rurais do país. A falta de infraestrutura adequada, a escassez de recursos e a dificuldade de acesso às escolas são alguns dos obstáculos enfrentados pela educação na zona rural no Brasil. Além disso, a falta de incentivo e investimento nessa área também contribui para a perpetuação das desigualdades educacionais entre áreas urbanas e rurais.

[...] o direito à Educação integra o conjunto dos direitos sociais. Estes, por sua vez, constituem uma das diferentes gerações ou dimensões dos direitos fundamentais da pessoa humana. Falar em dívida educacional pública significa duas coisas: primeiro, que a Educação se transformou num serviço público; segundo, que o Estado deixou de assegurar a determinadas pessoas ou grupos de pessoas o serviço público chamado Educação (Ferraro, 2008, p. 275).

A citação expressa uma visão crítica sobre o direito à educação no Brasil, que apesar de ser reconhecido como um direito social e fundamental, conforme o artigo 6º da Constituição Federal de 1988, ainda não é plenamente garantido pelo Estado. Segundo o autor, há uma dívida educacional pública, que se refere à falta de oferta ou de qualidade da educação para parcelas da população que foram historicamente excluídas ou marginalizadas do sistema educacional. Essa dívida educacional pública pode ser analisada sob diferentes perspectivas, como a histórica, a política, a jurídica e a pedagógica. Neste comentário, vamos abordar algumas dessas perspectivas, reforçando com outros autores que também se dedicaram ao estudo do direito à educação no Brasil.

A partir da perspectiva histórica, a dívida educacional pública é resultado de um processo de construção social da educação como um direito, que passou por diversas fases e enfrentou diversos obstáculos. Como afirma Saviani (2008), a educação no Brasil foi marcada por uma “dualidade estrutural”, que consiste na

coexistência de dois sistemas educacionais distintos: um voltado para as elites, baseado na cultura letrada e humanista, e outro voltado para as massas, baseado na cultura popular e utilitária. Essa dualidade gerou uma desigualdade educacional que persiste até hoje, manifestando-se na diferença de acesso e qualidade entre as escolas públicas e privadas, entre as áreas urbanas e rurais, entre as regiões do país, entre os grupos sociais e étnicos, entre outros.

Do ponto de vista político, a dívida educacional pública é reflexo da falta de prioridade e de compromisso dos governos com a educação como um direito social. Como argumenta Gentili (1998), a educação no Brasil sofreu um processo de “despolitização”, que consiste na redução da educação a uma questão técnica e administrativa, desvinculada dos interesses e demandas da sociedade civil. Esse processo favoreceu a privatização e a mercantilização da educação, que passou a ser vista como um serviço ou um produto, e não como um direito. Além disso, a educação foi submetida aos interesses do mercado e às exigências do ajuste fiscal, que limitaram os recursos e as políticas públicas destinados ao setor.

Na ótica jurídica, a dívida educacional pública é fruto de uma lacuna entre o que está previsto nas leis e o que acontece na realidade. Como observa Cury (2002), a Constituição Federal de 1988 foi um marco na consagração do direito à educação no Brasil, ao estabelecer os princípios, as finalidades, os objetivos e as diretrizes da educação nacional, bem como os deveres do Estado e da sociedade na sua promoção e garantia. No entanto, o autor ressalta que há uma distância entre o texto constitucional e a sua efetivação prática, que depende de vários fatores, como a regulamentação das normas constitucionais, a fiscalização do cumprimento das leis, a participação dos órgãos competentes e dos movimentos sociais, a definição das fontes e dos critérios de financiamento da educação, entre outros.

Do ponto de vista pedagógico, a dívida educacional pública é consequência de uma falta de adequação da educação às necessidades e às diversidades dos sujeitos e dos contextos educativos. Como aponta Freire (1996), a educação deve ser entendida como um ato político-pedagógico, que implica em uma relação dialógica entre educadores e educandos, baseada no respeito mútuo, na problematização da realidade, na construção do conhecimento crítico e na transformação social. Nesse sentido, o autor defende uma educação emancipadora, que reconheça e valorize as diferenças culturais, sociais, econômicas e ambientais dos sujeitos da educação.

No tocante a isso,

O acesso e a permanência dos indivíduos na escola contribuem para a democratização dos conhecimentos e cria condições individuais e coletivas para o desenvolvimento da consciência sobre a realidade social em que vivem e sobre as relações existentes nos contextos dos quais são sujeitos históricos, econômicos e políticos (Flach, 2011, p. 286).

A citação de Flach (2011) traz uma visão sobre a importância da educação para a formação da cidadania e da consciência crítica dos indivíduos. Segundo a autora, a educação é um direito humano e social, que possibilita o acesso e a produção de conhecimentos, bem como o desenvolvimento de habilidades e valores para a participação ativa na sociedade. A educação, nesse sentido, é um instrumento de emancipação e transformação social, que contribui para a democratização das oportunidades e das relações entre os sujeitos.

Essa visão pode ser reforçada por outros autores que também defendem a educação como um processo dialógico, problematizador e libertador. Por exemplo, Boaventura de Sousa Santos (2008), propõe uma educação para a cidadania global, que visa à construção de uma sociedade mais justa, solidária e sustentável, baseada no reconhecimento e na valorização da diversidade cultural, social e ambiental.

Em torno disso, um dos principais problemas enfrentados pela educação da população da zona rural é a falta de infraestrutura adequada das escolas, que muitas vezes não dispõem de energia elétrica, água potável, saneamento básico, biblioteca, laboratório, quadra esportiva, entre outros recursos pedagógicos. Além disso, há dificuldades de acesso e transporte dos estudantes e professores, que percorrem longas distâncias em estradas precárias ou não pavimentadas. Ou a associação de programas de transporte escolar como medida para o fechamento de escolas dessas regiões. Esses fatores comprometem a qualidade e a permanência dos alunos na escola, gerando altos índices de evasão e repetência.

Outro aspecto que merece atenção é a formação e a valorização dos professores que atuam na educação da zona rural. Muitos desses profissionais não possuem formação específica para lecionar nesse contexto, nem recebem apoio pedagógico e salarial adequados. Além disso, enfrentam condições de trabalho adversas, a dupla ou tripla jornada (quando o professor trabalha em mais de uma escola ou turno), a falta de materiais didáticos e a escassez de recursos didáticos e

tecnológicos, a multisseriação<sup>1</sup> (quando o professor leciona para diferentes séries na mesma sala) situação peculiar da organização dessas escolas em que a falta de formação dos profissionais para lidar com essa circunstância educacional bem como as múltiplas funções do docente na instituição condicionando a precarização do processo de ensino-aprendizagem.

Diante desses desafios, é preciso que as políticas e legislações educacionais reconheçam e respeitem as especificidades da educação da população rural, compreendendo-a como educação do/no campo, garantindo o seu direito à diversidade e à qualidade. Nesse sentido, alguns dispositivos legais e normativos já apontam para essa direção, como os artigos 205 e 206 da Constituição Federal de 1988 e o artigo 28 da LDB além de diretrizes específicas da educação do campo<sup>2</sup>.

O artigo 205 da Constituição Federal afirma que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Esse artigo estabelece a educação como direito.

O artigo 206 da Constituição Federal estabelece os princípios da educação, entre eles:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
  - II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
  - III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
  - IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
  - V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
  - VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
  - VII - valorização do profissional da educação escolar;
  - VIII - gestão democrática do ensino público;
  - IX - garantia de padrão de qualidade;
  - X - valorização da experiência extraescolar;
- (Brasil, 1988, s/p).

---

<sup>1</sup>A organização de sala multisseriada é tratada, genericamente, com problema crucial das escolas da zona rural. Contudo, a própria LDB 1996, em seu artigo 23, ratifica a organização da educação básica por seriação ou grupos não-seriados, em que esta última pode ser conduzida pela idade ou competências dos alunos. Para melhores informações, indicamos o estudo de SANTOS (2023) intitulado *Salas Multisseriadas: um olhar sobre a prática docente no município de Duas Estradas-PB*, disponível em: <http://dSPACE.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/30180>. Acesso em: 2 nov. 2023.

<sup>2</sup>Conforme a política pública educacional no campo, em 2001 aprovou-se as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo. Em 2007 criou-se o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo). Em 1998 foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), mas apenas em 2009 instituiu-se lei sendo regulamentado pelo Decreto nº 7.352 de, 4 de novembro de 2010. Subsequente, surgiu o Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo) em 2011.

Em atenção ao inciso I do art. 206 da Constituição Federal de 1988 o qual estabelece que o ensino seja ministrado com base no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, isto significa que todos os cidadãos brasileiros têm o direito de receber uma educação de qualidade, independentemente de sua origem, classe social, gênero, etnia, religião ou localização geográfica.

Esse dispositivo estabelece que a educação seja garantida a todos, sem qualquer tipo de discriminação. Nesse sentido, é fundamental assegurar o acesso à educação de qualidade para a população da zona rural, considerando suas especificidades e necessidades. Através de políticas públicas adequadas e investimentos na infraestrutura educacional, é possível promover a inclusão e o desenvolvimento das comunidades rurais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, a partir de políticas para a educação do campo.

Ademais, o artigo 28 da LDB (1996) também dispõe sobre a educação para a população da zona rural, determinando que “na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região”, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
  - II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
  - III - adequação à natureza do trabalho na zona rural;
- (Brasil, 1996, s/p).

Esse artigo reconhece a necessidade de uma educação diferenciada para a população rural, que respeite as suas características culturais, sociais, econômicas e ambientais.

Portanto, é possível afirmar que o direito à educação é um direito de todos os cidadãos brasileiros, independentemente de onde vivem ou trabalham. No entanto, para que esse direito seja efetivado na prática, é preciso que as políticas e legislações educacionais considerem as especificidades da educação para população da zona rural, garantindo o seu acesso, permanência e qualidade. Para isso, são fundamentais a participação e o envolvimento de todos os sujeitos do campo nesse processo.

### **3 METODOLOGIA**

Nesta seção, discutiremos como o Relato de Experiência pode ser utilizado como um método aplicado às vivências em contexto educacional, apresentando suas características, objetivos e etapas. Também apresentaremos mais detalhadamente o percurso metodológico seguido para construção da pesquisa.

#### **3.1 Relato de Experiência como possibilidade na Pesquisa em Educação: um método reflexivo e transformador**

Como proposta metodológica no campo da pesquisa acadêmica, o Relato de Experiência (RE) contribui para o conhecimento acadêmico, dado que é capaz de registrar as experiências vividas, permitindo a sua discussão e análise. Neste sentido, “Ao considerar o RE como expressão escrita de vivências, capaz de contribuir na produção de conhecimentos das mais variadas temáticas, é reconhecida a importância de discussão sobre o conhecimento” (Mussi; Flores; Almeida, 2021, p. 63), ou seja, é uma forma de registrar significativamente as informações mais relevantes e úteis para a produção de conhecimento.

O RE também pode ser usado para fazer ações apropriadas e planejar estratégias para o futuro, caracterizando-se como uma forma de criar uma base de dados para a investigação científica, pois “O conhecimento humano está interligado ao saber escolarizado e aprendizagens advindas das experiências socioculturais” (Mussi; Flores; Almeida, 2021, p. 63). O relato de experiência é similar a um livro marcando a passagem de tempo, permitindo a análise dos detalhes e a criação de um mapa para o futuro. Além disso, esse método pode ser usado para aprimorar as práticas e preparar os indivíduos para o uso do conhecimento.

Por conseguinte, o método em análise é um tipo de texto que descreve uma experiência vivenciada pelo/a autor/a ou pelos autores em um determinado contexto educacional, no qual [...] a experiência é dada para ser vivida de uma forma “apresentacional”, ela é primeiramente vivida e retida passivamente antes de ser apreendida de uma forma reflexiva e compreensível como objeto de pensamento (Breton, 2021, p. 38), isto é, a experiência, nesta perspectiva, seria anterior à sua formulação teórico-metodológica, em que este, posteriormente, insere-se como

alternativa para se organizar sistematicamente a experiência vivida, conjugando-a ao primado da crítica e da reflexão como componente da realidade concreta.

Ao destacarmos o RE como proposta de método, é importante pensarmos o que é um método, conceituando-o do seguinte modo:

[...] o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (Marconi; Lakatos, 2003, p. 83).

Assim, esta abordagem metodológica não é apenas uma narrativa descritiva, mas também uma análise crítica e reflexiva da experiência, que busca identificar os pontos positivos e negativos, as dificuldades e as possibilidades na construção da formação, neste caso, docente.

O objetivo do RE é produzir conhecimento a partir da prática pedagógica, valorizando os saberes docentes e as especificidades do contexto educacional. Além disso, o Relato de Experiência visa compartilhar as experiências educativas e outros tipos de vivências, com a comunidade acadêmica.

A partir de pesquisas realizadas em indexadores especializados, como Periódicos Capes, SciELO, BDTD, DOAJ, Latindex entre outros, utilizando os descritores “Relato de Experiência”, “RE”, “Conceito de Relato de Experiência”, “Método e RE”, “RE e Método científico” nos indexadores citados anteriormente, as respostas dos respectivos sistemas mostraram diversas pesquisas acadêmicas, majoritariamente, que traziam em seus títulos, por exemplo, “Saúde da mulher: um relato de experiência a partir de tal coisa/lugar/contexto”, isto é, o RE como método institucionalizado, ainda faz parte de debates na esfera acadêmica. O que se percebe, é que o RE é um conceito não consolidado, mas em formação, fazendo parte do discurso de pesquisadoras e pesquisadores das mais distintas áreas de conhecimentos<sup>3</sup>.

Em função disso, a partir da leitura dos artigos: *Relato de Experiência como docente na escola estadual indígena Riachuelo*<sup>4</sup> de Paulo Weverton Soares Cizino

---

<sup>3</sup>Os resultados acerca de trabalhos científicos que tratassem objetivamente do Relato de Experiência como método de pesquisa, ainda são escassos, o que coloca o RE como conceito “flutuante”, sendo aplicado em diversos trabalhos acadêmicos, porém carente de produções especializadas, como monografias, dissertações, teses e livros em grande escala sobre esse “método”.

<sup>4</sup>Cf. PAIVA, Paulo W. S. C. de; MATOS, Maristela B. de. Relato de Experiência como docente na escola estadual indígena Riachuelo. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista - Bahia - Brasil, v. 15, n. 31, p. 471-492, jan./mar. 2019. Disponível em: [Vista do RELATO DE EXPERIÊNCIA](#)

de Paiva e Maristela Bortolon de Matos (2019) e do artigo *Relato de Experiência sobre o processo educativo para a promoção da saúde de adolescentes*<sup>5</sup> de Luiza Akiko Komura Hoga e Catarina Terumi Abe (2000), conseguimos perceber uma convenção sistêmica, ou seja, um modelo de organização de Relatos de Experiência que se repetem normalmente na maioria dos trabalhos acadêmicos que nascem desse “método”.

No artigo de Paiva e Matos (2019), por exemplo, há o seguinte procedimento teórico-metodológico: a) recorte de uma experiência a ser descrita; b) Registro da experiência, isto é, a descrição minuciosa do contexto em que a experiência ocorreu; c) análise crítica e reflexiva sobre a experiência; d) embasamento teórico sobre a experiência, com o objetivo de conferir-lhe legitimidade científico-acadêmica. O mesmo processo também se repete no artigo de Hoga e Abe (2000), no qual o recorte da experiência está materializado na investigação, descrição, análise e reflexão do “Local e a população participante do grupo” que as autoras vão descrever. Em ambos os trabalhos é realizado o embasamento teórico mesclado à experiência, fazendo do RE, portanto, um método convencionalmente válido, já que está ex (implícita) uma organização metodológica (etapas) que envolvem o procedimento supracitado.

A impopularidade marcada pela ausência da institucionalização ou consolidação do conceito/método Relato de Experiência pode ser explicada por meio do tipo de conhecimento que se quer afirmar como válido (saber popular), situando-o no primado do discurso científico. Por ser de origem particular, permeado pelo senso comum, alto nível de subjetividade, a sistematização das “experiências particulares” acaba fugindo a formulações científicas, porque há a confrontação de dois tipos de conhecimento: o saber popular, marcado pelo senso comum, e o saber científico, marcado pela objetividade, pela formulação de hipótese, testagem destas e verificação da hipótese. Neste sentido,

O conhecimento popular é **valorativo** por excelência, pois se fundamenta numa seleção operada com base em estados de ânimo e emoções: como o conhecimento implica uma dualidade de realidades, isto é, de um lado o sujeito cognoscente e, de outro, o objeto conhecido, e este é possuído, de

---

[COMO DOCENTE NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA RIACHUELO \(uesb.br\)](https://www.uesb.br). Acesso em: 2 nov. 2023.

<sup>5</sup>Cf. HOGA, Luiza A. K.; ABE, Catarina T. Relato de Experiência sobre o processo educativo para a promoção da saúde de adolescentes. **Rev. Esc. Enf.**, USP, v.34, n.4, p. 401-6, dez. 2000. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001194976>. Acesso em: 2 nov. 2023.

certa forma, pelo cognoscente, os valores do sujeito impregnam o objeto conhecido (Marconi; Lakatos, 2003, p. 78, grifo nosso).

As autoras acima querem dizer, com isso, que a proximidade com o objeto da pesquisa interfere na leitura (conclusões) que teremos sobre ele ao final de uma dada pesquisa. Apesar de ser “valorativo” e verificável<sup>6</sup>, como descreve as autoras, o saber popular “[...] é *falível* e inexato, pois se conforma com a aparência e com o que se ouviu dizer a respeito do objeto. Em outras palavras, não permite a formulação de hipóteses sobre a existência de fenômenos situados além das percepções objetivas” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 78).

### 3. 2 Percurso metodológico

Este estudo é uma pesquisa descritiva em educação que parte do uso de relato de experiência com abordagem qualitativa. Segundo Richardson (2017) a pesquisa com características de abordagem qualitativa “é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”(Richardson, 2017, p. 67).

Assim, partimos da compreensão em torno do Direito à Educação como percepção através da disciplina “Educação e Direitos Humanos”, destinada as alunas<sup>7</sup> do curso de pedagogia da UEPB. Este momento vivido em processo de formação direcionou o alicerce para a narrativa sobre o relato de experiência da trajetória educacional na infância, a partir dos *vestígios da memória*, bem como a condução na trajetória de formação inicial, narrando o acesso à universidade e o processo de atuação professoral da pesquisadora em foco.

Diante da construção de trajetória, fez-se necessário a busca por fontes iconográficas como também fontes orais. Para isto, conduzimos uma entrevista oral com a professora Maria José da Conceição, educadora que atuou na infância da pesquisadora, a fim de detalhar vivências de um tempo passado. Pois, para Pollak (1992) existe uma ligação entre a memória e a identidade social: “*A priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa”

---

<sup>6</sup>De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 78), o saber popular “É *verificável*, visto que está limitado ao âmbito da vida diária e diz respeito àquilo que se pode perceber no dia-a-dia” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 78).

<sup>7</sup> Escolhemos por tratar o termo no feminino, uma vez que é a maioria do público atendido no curso de pedagogia da UEPB, campus III.

(Pollak, 1992, p. 202). Contudo, há relação entre memória individual e memória coletiva.

A entrevista foi concedida numa segunda-feira, dia 30 de outubro de 2023, com uso de áudio gravação em aparelho de celular *Samsung Galaxy M51* com duração total de 42 minutos e 18 segundos na residência da ex-professora, localizada no Sítio Engenho Avarzeado de Cima Polões/PB. A autorização se fez através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice A). Seguimos um roteiro de perguntas semiestruturada (Apêndice B) em que a “entrevista segue um plano prévio, um *guião* onde se define e registra numa ordem lógica para o entrevistador [...]” (Amado, 2017, p.210). O roteiro dividiu-se em perguntas sobre Parte I (Origem, Família e Cotidiano) e Parte II (Formação Educacional e Atuação). A partir do áudio gravação foi feita a transcrição das respostas, sendo utilizadas as narrativas que se relacionam com o conteúdo da pesquisa.

Em contato com a entrevistada também foram concedidos documentos pessoais, a exemplo de fontes como a fotografia. Além dos documentos pessoais da própria pesquisadora e sujeito da pesquisa, como fotografias e imagens de ficha de matrícula escolar, que dialogam com as experiências.

Por fim, o relato de experiência enquanto metodologia a ser utilizada na pesquisa em educação promove uma reflexão formativa, conduzida pelo olhar crítico a trajetória educacional e professoral.

#### **4 RELATO DE EXPERIÊNCIA E O DIREITO À EDUCAÇÃO: TECENDO RELAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA EDUCACIONAL**

Eu, Fabiana da Silva nasci em 01 de Maio de 1986 e em 1993 comecei frequentar uma escola<sup>8</sup>. A nossa família era grande composta 12 irmãos, entre eles 7 mulheres e 5 homens. Os primeiros filhos de minha mãe, 4 homens e 1 mulher, não tiveram o privilégio de estudar, visto que naquela época a escola era restrita aos grupos familiares com melhor estabilidade financeira. Por meio do trabalho do campo, a saber, corte de cana e demais atividades típicas de cultivo e da agricultura, a minha mãe custeou aulas particulares para meus irmãos mais velhos, citados acima, no período noturno. Embora a medida fosse positiva, meus irmãos aprenderam pouquíssimas coisas: escrever o próprio nome e ler algumas frases curtas. Mas ainda tiveram dois que não conseguiram nem o básico, como por exemplo, escrever o próprio nome.

Na minha infância durante os anos de 1993, 1994, 1995 até 1996 foram anos de dificuldade no acesso à educação, conduzindo um fracasso escolar. Em 1993 era meu primeiro ano a frequentar a escola, o Grupo Escolar Remígio Sobrinho Lins, localizado no sítio Tabocal Município de Pilões-PB. A escola ficava distante do sítio em que eu residia, o Engenho Avarzeado de Baixo, também no Município de Pilões-PB. Com apenas 7 anos de idade, tive que fazer o trajeto a pé para chegar até a escola, aproximadamente 4 km percorrido todos os dias, um tormento para uma criança tão pequena. Já em 1994 foi dada a largada para uma escola mais perto, o Grupo Escolar Alcides Lourenço, localizado no Sítio Engenho Avarzeado de Cima, Pilões-PB.

Considerando as dificuldades da época com relação à educação, o mesmo problema se repetia anualmente, realizar a matrícula na escola, o que era feito normalmente por minha mãe. Além de mim, meus irmãos também precisavam frequentar a escola. Embora seja direito de todos nós estudarmos, existiam muitos percalços na época que dificultavam o pleno acesso à educação. Minha mãe (Hilda Luiz da Silva), por exemplo, não teve o direito de estudar durante a sua infância e

---

<sup>8</sup> Ao longo do capítulo a escrita se faz em primeira pessoa do singular por se tratar da trajetória educacional e de formação da pesquisadora.

demais etapas de sua vida. Contudo, sempre buscou a educação para os filhos, na perspectiva de um futuro de qualidade e estabilidade financeira para eles.

Da forma que modernamente se configurou, o direito à educação pode ser traduzido basicamente em dois aspectos: a oportunidade de acesso e a possibilidade de permanência na escola, mediante educação com nível de qualidade semelhante para todos (Araújo, 2011, p. 287).

Compreende-se que o direito à educação é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade. Através dela, indivíduos podem adquirir conhecimentos, habilidades e competências necessárias para uma vida plena e produtiva, ou seja, é importante que se tenha acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem, gênero, raça ou condição social. Portanto, é responsabilidade do Estado em garantir a igualdade de oportunidades e o acesso a uma educação inclusiva e equitativa para todos, porque em tese, “O direito à educação traz uma potencialidade emancipadora do ponto de vista individual e igualitária do ponto de vista social [...]” (Araújo, 2011, p. 287).

Ao decorrer dos anos, as vivências de meus irmãos sofreram mudanças. Atirados no limite da pobreza, éramos uma família carente buscando educação de qualidade. Os primeiros filhos já não estavam mais em casa, em consequência de que haviam partido em busca de melhores condições de vida na cidade grande, abandonando a paisagem de miséria figurada pelo trabalho do campo.

Posteriormente, ao dar-se início a mais um ano letivo, a luta pelo acesso à educação regular continuava, encabeçada pela minha mãe a qual nutria o desejo de conseguir vagas para que pudéssemos estudar. Porque, assim como ela – minha mãe – sempre acreditei que a educação era a base principal para abrir a porta para um futuro melhor.

Portanto, o direito à educação, diferentemente dos demais direitos sociais, está estreitamente vinculado à obrigatoriedade escolar. Isso porque, enquanto os cidadãos podem escolher entre fazer uso ou não dos demais direitos sociais, a educação é obrigatória porque se entende que as crianças não se encontram em condições de negociar se querem ou não recebê-la e de que forma (Araújo, 2011, p. 287).

A obrigatoriedade escolar é de extrema importância para garantir que todas as crianças tenham acesso à educação e não sejam excluídas desse direito fundamental. Consequentemente, “O acesso e a permanência dos indivíduos na escola contribuem para a democratização dos conhecimentos e cria condições

individuais e coletivas para o desenvolvimento da consciência sobre a realidade social em que vivem [...]” (Flach, 2011, p. 286). Além disso, essa obrigatoriedade desempenha um papel de grande importância ao assegurar que todas as crianças tenham a oportunidade de desenvolver suas habilidades e potenciais, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e preparados para exercer plenamente seus direitos e deveres na sociedade. Portanto, essa exigência escolar se estabelece como um instrumento essencial para promover a igualdade de oportunidades e combater a exclusão social.

Em seguida, no limiar da primeira aula estávamos nós, ansiosos e com uma felicidade indescritível, mesmo sem condições financeiras e também não sei como, mas minha mãe sempre dava um jeito de comprar nosso material escolar, comprava para todos, cadernos, lápis, borracha, apontador e até mesmo lápis de pintar, fazíamos nosso kit escolar, faltava uma bolsa, mas isso não era nada para nós, o importante era que já tínhamos nosso material e uma escola para frequentar. Isso ocorreu no ano de 1994, na Cidade Pilões/PB. Morávamos no Sítio Engenho Avarzeado de Baixo e íamos estudar no outro sítio chamado Engenho Avarzeado de Cima conhecido como “Avarzeado dos Padres”, pois a terra pertence aos padres e os moradores possuem um contrato rural, dando-lhes poderes de moradia, ambos no Município de Pilões-PB.

Andávamos 2 km para chegarmos até a escola, era um percurso mais perto do que a escola do ano anterior. Não nos importávamos com o percurso para chegar até a escola, uma vez que o que realmente queríamos era estudar, visto que tais dificuldades, apesar de momentaneamente “vencidas”, insistiam em nos assombrar. Aproximadamente quatro meses depois, a escola fechou por falta de verbas, merenda e até mesmo por falta de professores.

Assim foi por aproximadamente quatro anos ou mais. Vivenciando o fracasso e atraso no aprendizado de nossa alfabetização. Apenas iniciávamos o ano letivo, mas não concluíamos por negligência das autoridades públicas na época, que não investiam nas escolas da zona rural, muito menos com a perspectiva de uma educação no/do campo. Talvez por falta de uma fiscalização, ficava tudo por isso mesmo, os professores alegavam falta de pagamento, a merenda que faltava, o gás que não tinha e a escola fechava.

Em função disso, era fatigante conseguir se matricular na escola, na medida em que não fazíamos parte da comunidade da qual a escola se encontrava, e ainda perdíamos o ano letivo.

Na primeira, a mudança educativa é encarada como processo social, político, ideológico e cultural dependendo do momento em que emerge e nele se inscreve a sua significação e potencialidade; na segunda dimensão da mudança educativa há que considerar o envolvimento da escola como organização, tendo por base não só o contexto sociopolítico geralmas, **também, os seus constrangimentos, os problemas que nele existem**, as dinâmicas que os atores corporizam, as mudanças já tentadas e conseguidas ou falhadas e a prática educativa consolidada; a terceira dimensão tem a ver com o processo de aprendizagem realizada pelos sujeitos que, pelo significado (subjetivo) que atribuem ao processo de mudança, facilitam (mais ou menos) a mudança ou a ela resistem (Formosinho; Ferreira; Machado, 2000 apud Oliveira; Courela, 2013, p. 103-104, grifo nosso).

Os autores acima ratificam a compreensão sobre a dimensão social e política que baliza questões como o sucesso ou o fracasso escolar, observando “os constrangimentos”<sup>9</sup> e “os problemas que nela existem”<sup>10</sup>. Neste caso específico, referindo-me ao meu relato e ao contexto de minha trajetória e formação educacional e demais problemas daquela época. A citação acima expõe elementos para explicar os constantes fechamentos de escolas, problemas de mobilidade urbana para as minorias rurais etc., em que se ligavam intrinsecamente à atuação política e verticalizada do poder público. Evidentemente, “Em uma sociedade desigual, onde a cidadania é frágil, as políticas públicas (dentre as quais situamos a educação) baseiam-se em pressupostos defendidos ou aceitos por aqueles que detêm o poder político” (Flach, 2011, p. 285).

Como apontado pelos autores, essa última dimensão também serve para entender as transformações que ocorrem nos processos de aprendizagem, pois as práticas educativas não são apenas formais, mas também subjetivas, e os sujeitos influenciam a sua implementação e a sua apropriação. Essa dimensão também leva à compreensão do aprendizado como um processo social, onde os sujeitos se formam e se relacionam. O contexto social, cultural, histórico e político também influenciam a formação e a apropriação da prática educacional, o que torna o aprendizado uma prática de socialização dos sujeitos.

---

<sup>9</sup>(Formosinho; Ferreira; Machado, 2000 apud Oliveira; Courela, 2013, p. 103-104, grifo nosso).

<sup>10</sup>Ibidem., (2013, p. 103-104).

Normalmente, as vagas eram prioridade das famílias daquela comunidade. Se porventura houvesse vagas remanescentes, nos encaixariam. Além das dificuldades de encontrar vagas, havia poucas carteiras, então dependíamos desses dois fatores.

Ao iniciar mais um ano letivo, ano de 1995, mais uma vez a protagonista da minha história se colocava à frente da luta por vagas nas escolas: a minha mãe, (Hilda Luiz da Silva). Conseqüentemente, ela não obteve êxito, ficávamos à mercê da situação. Porém, não desistindo, uma vez que compreendíamos que era desejo dela de que nós tivéssemos a oportunidade que ela não teve de estudar, minha mãe encontrou uma alternativa, e foi em busca de outra escola em outro município, que pertencia à cidade de Areia-PB. O nome atual da escola hoje é Escola Municipal Ensino Fundamental Dulce Serpa de Menezes, localizada no Sítio Riacho de Facas.

**Imagem 1** - E.M.E.F.Dulce Serpa de Menezes.



Fonte: Acervo particular da pesquisadora, 2023.

A escola ficava mais distante, sendo um percurso mais longo em torno de 4 km de distância da minha residência até o local. Nós não sabíamos se

suportaríamos até o fim do ano letivo. Éramos pequenos demais e tínhamos que estudar no período da tarde. Esse foi o turno que ela encontrou para que pudéssemos estudar. Conseqüentemente tínhamos que sair de casa por volta das 11h30min para não chegarmos atrasados.

Os meses passavam-se e permanecíamos estudando. Não tínhamos outra escolha a não ser resistir ao longo percurso do caminho que fazíamos a pé de segunda-feira a sexta-feira. Éramos quatro irmãos frequentando a escola, 3 meninas e 1 menino. Uma tinha 13 anos de idade e era a responsável por nós, a outra tinha 10 anos de idade, eu com 9 anos de idade e o caçula com apenas 5 anos de idade. Éramos os mais novos da família. Em vista disso, éramos (meu irmão e eu) os mais novos 9 e 5 anos de idade e os que mais sofriam devido à distância e o sol quente, sem falar que a gente passava pela escola do Engenho Avarzeado de Cima até chegar ao nosso destino final a Escola Municipal Ensino Fundamental Dulce Serpa de Menezes, localizada no Sítio Riacho de Facas. Chorávamos no regresso ao nosso lar, porque anoitecia antes de chegarmos em casa. No trajeto, embrenhados numa mata, tínhamos medo, porque existia a possibilidade de alguém nos fazer mal. Neste sentido, a nossa mãe ia até o nosso encontro, para nos levar em segurança até a nossa casa. Naturalmente, não conseguimos concluir o ano letivo, só que dessa vez foi devido ao mau comportamento de alguns alunos do próprio município. À vista disso, a professora penalizava todos e só liberava a turma depois das 17h30. Não tivemos alternativa, a não ser deixar de frequentar a escola para o nosso próprio bem. Isso resultou em mais um fracasso escolar, em mais um ano letivo perdido.

Sobre o fracasso escolar, Paulo Freire (1996, p. 11) escreve que:

O fracasso escolar é um dos temas mais discutidos na educação brasileira. [...] O fracasso escolar é um fenômeno complexo, que envolve fatores sociais, econômicos, culturais, políticos e pedagógicos. Não se pode atribuir a culpa exclusivamente aos alunos, aos professores, à escola ou à sociedade. É preciso compreender as múltiplas determinações que interferem no processo educativo e buscar soluções coletivas e democráticas.

Para combater o fracasso escolar, é importante examinar e abordar todas as influências que afetam o processo educacional, incluindo fatores sociais, econômicos, culturais, políticos, pedagógicos e de gênero. É essencial buscar soluções coletivas e democráticas, reconhecendo que a responsabilidade não deve

ser atribuída aos alunos, professores, escola ou sociedade, numa tentativa de culpabilizar os sujeitos por não terem buscado o direito à educação e sua permanência na escola.

No ano de 1996, através de uma denúncia, pois tinha muita criança sem frequentar a escola, foi improvisada uma escola no meio do ano no próprio sítio onde morávamos, Sítio Engenho Avarzeado de Baixo.

**Imagem 2** - Grupo Escolar Municipal de Avarzeado de Baixo.



Fonte: Acervo particular da pesquisadora, 2023.

A escola Grupo Escolar Municipal de Avarzeado de Baixo funcionou por um período de um ano e meio considerando o tempo de sua abertura que foi no meio do ano, data de 26 de junho de 1996, como consta na figura abaixo.

Figura 1: Ficha de matrícula em 1996.

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FICHA DE MATRÍCULA - 1996

I-IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO:  
Nome do Estabelecimento de Ensino: Grupo Escolar Municipal de Aranzado de Baixo  
Endereço: Aranzado de Baixo Série: ALF 1ª G.

II-IDENTIFICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS:  
1- Nome do Aluno(a): Fabiana da Silva Sexo: F  
Data de Nascimento: 01/05/86 Natural de Este Estado UF: PB  
2- Nome do Pai: Manoel Joaquim da Silva Vivo:    
Profissão: Agricultor Idade: 49  
Endereço: Aranzado de Baixo Município: Pilões  
3- Nome da Mãe: Hilda Luís da Silva Vivo:    
Profissão: Doméstica Idade: 48  
Endereço: Aranzado de Baixo Município: Pilões  
4- Nome do Responsável: Hilda Luís da Silva Idade: 48  
Profissão: Doméstica Grau de Parentesco: Mãe  
Endereço: Aranzado de Baixo Município: Pilões

III- CARACTERÍSTICAS:  
1- Situação do aluno na série atual (1996)  
 Primeira matrícula na série  
 Repetente por ter sido REPROVADO  
 Repetente por ter se afastado por abandono  
 Repetente apesar de ter sido APROVADO  
2- Situação do aluno no ano anterior  
 Não frequentou  
 Abandonou  
 Foi Reprovado  
 Foi Aprovado  
3- Escola de Origem: Grupo Escolar Municipal de Aranzado de Baixo  
Endereço: Aranzado de Baixo Município: Pilões  
Série: ALF Ano: 1996  
Pilões - B, 26 de Junho de 1996

Ana Cristina dos Santos B. Hilda Luís da Silva  
ASS. DIRETOR/PROFESSOR PRES. DO ESTABELECIMENTO

Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

No ano letivo de 1998, consta minha matrícula efetiva na primeira série e o ano concluído com sucesso. Aqui começou a caminhar o avanço para os estudos, já se encontrava com 11 para 12 anos de idade. Finalmente, um ano letivo foi concluído.

Observando algumas matrículas das quais nelas constam o ano da alfabetização em uma idade avançada para estar naquela série, com 12 anos de idade e ainda estudando a alfabetização.

Figura 2: Ficha de matrícula em 1998.

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO**  
**ADMINISTRAÇÃO "COM O POVO OUTRA VEZ"**

**FICHA DE MATRÍCULA** *1ª Série*

**IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO**  
**NOME DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO**  
 Grupo Escolar Alcides Lourenço

**ENDEREÇO**  
 Eng. Avarzeado de Cima

**II - IDENTIFICAÇÃO CADASTRAL**

1 - Nome do Aluno: Tatiana da Silva Sexo: ( F )  
 Nascimento: 03/05/86 Idade: 12 Natural de: Olinda U.F.: PB

2 - Nome do Pai: Abanmel Paquim da Silva Vivo (X) S ( ) N  
 Profissão: Agricultor Idade: 53  
 Endereço: Eng. Avarzeado de Baixo Município: Pilões

3 - Nome da Mãe: Hilda Luiz da Silva Viva (X) S ( ) N  
 Profissão: Agricultora Idade: 49  
 Endereço: Eng. Avarzeado de Baixo Município: Pilões

4 - Nome do Responsável: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_  
 Profissão: \_\_\_\_\_ Grau de Parentesco: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_

**III - CARACTERIZAÇÃO**

1 - SITUAÇÃO DO ALUNO NA SÉRIE ATUAL:  
 - PRIMEIRA MATRÍCULA NA SÉRIE  
 - REPETENTE POR TER SIDO REPROVADO  
 - REPETENTE POR TER SE AFASTADO POR ABANDONO  
 - REPETENTE APESAR DE TER SIDO APROVADO

2 - SITUAÇÃO DO ALUNO NO ANO ANTERIOR  
 - NÃO FREQUENTOU  
 - ABANDONOU  
 - FOI REPROVADO

3 - Escola de Origem: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_  
 Série: \_\_\_\_\_ Ano: \_\_\_\_\_

Pilões - Pb, 14 / 03 / 98  
 Maria José de Araújo P.P. 2076

Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

A escola Grupo Escolar Alcides Lourenço, hoje atual E.M.E.F. Alcides Lourenço, localizada no Sítio Engenho Avarzeado de Cima Pilões/PB, era apenas uma sala com algumas carteiras, uma lousa e um birô da professora. Tinha uma cantina e um banheiro, mas não podíamos usá-lo por falta d'água.

**Imagem 3:** E.M.E.F. Alcides Lourenço atualmente após a reforma.



Fonte: Rede social Facebook da Prefeitura Municipal de Pilões, 2022.

**Imagem 4:** E.M.E.F. Alcides Lourenço antes e depois da reforma.



Fonte: Rede social Facebook da Prefeitura Municipal de Pilões, 2022.

Esta foi a instituição em que estudei até a 4ª série do ensino fundamental. A professora foi de suma importância para a minha educação e para a minha formação como ser humano uma pessoa que tenho respeito e admiração. Ela foi formadora dos meus primeiros pilares. Conhecida como Nenén, a professora se chama Maria José da Conceição. Hoje ela está aposentada e é muito admirada por todos da minha família. Foi uma excelente professora e conselheira, tendo contribuído significativamente para a mudança de muitos indivíduos que por ela passaram. Ao recordar aquele tempo, lembro-me do primeiro dia de aula dela, em que ela tinha o prazer de nos lembrar sobre suas três palavrinhas mágicas: “chata”, “abusada” e “exigente”. Era assim que ela se apresentava no início dos anos letivos, à medida que a turma ficava com grande temor<sup>11</sup>.

Com a conclusão do ensino fundamental, encerrávamos uma fase de estudo na zona rural, passando a estudar na zona urbana, na cidade de Pilões-PB, para podermos dar continuidade aos estudos. Era uma nova fase para nós e também um grande desafio para muitos, porque além de sermos da zona rural, éramos vítimas de preconceito por não residir na cidade, e por sermos transportados em um “pau-de-arara”. Nossa luta era constante. Tínhamos que sair de casa por volta das 11h20 para estarmos no local ao meio-dia, a fim de esperar pelo transporte.

O mito do “meu filho doutor” consiste, na verdade, numa tentativa de manter aceso, porém distante, o “sonho” de uma vida melhor para todos, legitimando a exclusão, que, mais recentemente, adquire a aparência do fracasso individual. A sua trajetória se confunde com a trajetória de exclusão, que divide a sociedade em privilegiados e apartados (Veloso Castelo Branco, 2004, p.404).

A partir deste relato, compreende-se a relevância do Relato de Experiência como método acadêmico para o entendimento crítico-reflexivo da realidade, porque é conhecendo-a que se pode modificá-la, com o objetivo de compreender integralmente o fenômeno educacional. Neste sentido,

A compreensão filosófica da realidade, apesar de não permitir verificação, fundamenta-se no exercício racional e sistemático do pensamento. A apreensão do conhecimento por meio do modelo científico, diferencia-se das demais por emergir do contexto metodológico, permeado pela sistematização e reflexão (Mussi; Flores; Almeida, 2021, p. 64).

---

<sup>11</sup> A professora se (auto) define rígida, estabelecendo regras de obediência legitimado pelo temor dos alunos.

A compreensão filosófica da realidade em relação ao fenômeno educacional é de extrema importância para a construção de uma sociedade mais igualitária. Através do estudo e reflexão sobre os princípios que governam a educação, é possível compreender as diversas perspectivas e teorias que permeiam esse fenômeno complexo. A filosofia nos capacita a questionar e analisar criticamente as práticas educacionais, buscando uma compreensão mais profunda dos valores e objetivos envolvidos. Desse modo, “[...] o RE em contexto acadêmico pretende, além da descrição da experiência vivida (experiência próxima), a sua valorização por meio do esforço acadêmico-científico explicativo, por meio da aplicação crítico-reflexiva com apoio teórico-metodológico” (Mussi; Flores; Almeida, 2021, p. 64).

Normalmente, as dificuldades aumentavam no período de inverno, dado que tínhamos que sair de casa mais cedo do que o horário normal, por volta das 10h30 a fim de que não se perdesse o transporte. Caminhava-se por aproximadamente duas horas a pé. Enfrentando a lama, passávamos por rios até chegar onde estava o pau-de-arara. Mais árduo que a ida era à volta para casa, porque o percurso era habitualmente acompanhado por fortes chuvas. Estas, por sua vez, não paravam e nós chegávamos em casa exauridos e famintos. Não obstante, sabíamos que essa mesma rotina haveria de se repetir no dia seguinte.

Além disso, a nossa comunidade Sítio Engenho Avarzeado de Baixo ficava distante da cidade Pilões e, se ficássemos em casa, perderíamos muitas aulas. Então, não tinha alternativa a não ser enfrentar o período do inverno. Essa era a solução para enfrentar a lama. Essa era a realidade dos alunos que moravam no campo e tinham que se deslocar para estudar na cidade.

Esse percurso durou sete anos, do ensino fundamental II ao ensino médio de 2002 a 2008. No Ensino Fundamental II estudei na Escola Municipal de Ensino Fundamental Neusa Pereira da Salva, localizada na Rua Benjamim Sobrinho, 418, Centro Pilões/PB. E o ensino Médio na escola Estadual Antonieta Corrêa de Menezes, localizada na Rua Luiz Gregório da Silva, S/N Conjunto Cristina Muniz, Centro. Apesar das dificuldades eu nunca repeti, vindo a concluir o ensino médio no ano de 2008 na escola supracitada com 22 anos de idade.

Com as mudanças pelas quais a educação passou e por suas constantes lutas ano após ano, dando oportunidade de estudos às classes oprimidas e pobres, hoje o indivíduo tem seu papel de cidadão diante da sociedade, devido às lutas dos movimentos e transformações da educação.

A educação é um ato político e não pode ser neutra. [...] A educação que se propõe a ser libertadora deve estar comprometida com a transformação da realidade social, com a superação das desigualdades, das injustiças, da opressão. [...] A educação libertadora implica uma relação dialógica entre educadores e educandos, baseada no respeito mútuo, na confiança, na cooperação, na problematização da realidade e na busca de soluções criativas e críticas (Freire, 1987, p. 34-35).

A educação como ato político envolve tomar posições e agir para transformar a realidade social, lutando contra desigualdades, injustiças e opressão. Para ser libertadora, deve promover a relação dialógica entre educadores e educandos, com respeito mútuo e cooperação, analisando a realidade e buscando soluções viáveis para tais problemas. À vista disso, por ser ato político, as reflexões de Freire (1987) descrevem coerentemente o pano de fundo que fazia parte do sistema educacional da minha cidade, e as principais problemáticas que estavam submersas no fracasso escolar, na desigualdade e na tradicionalidade do ensino.

De todas as lutas, a maior foi a de minha mãe, uma grande mulher, batalhadora e analfabeta, que lutou com todas as suas garras para poder dar educação para seus filhos. Ela não media esforços quando se tratava dos estudos. Só queria uma vida digna para todos nós.

Mãe de 12 filhos, ela conta que os primeiros não tiveram o privilégio de estudar. Desses 12, apenas eu e meu irmão mais novo conseguimos concluir o ensino superior. Ele foi além e cursou o mestrado e, posteriormente, o doutorado em matemática. Eu, por vez, estou na minha segunda graduação, a primeira em Letras inglês, cursada na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e agora no curso de Pedagogia na mesma universidade. Portanto, somos motivo de muito orgulho para a nossa família por termos tido a oportunidade de estudar e nos tornarmos cidadãos, com uma formação acadêmica e um pensamento crítico-reflexivo adquirido através dos estudos.

#### **4.1 Trajetória Professoral e o Direito à Educação: formação e atuação**

A educação sofreu muitas mudanças ao longo do tempo. Como já dito, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988, os direitos básicos foram assegurados pelo Estado de modo mais incisivo, propondo no campo da educação medidas para garantia ao acesso à escola. Em seguinte, a institucionalização da

LDB 1996 configurou a organização da educação básica e superior no Brasil de modo a ratificar em seus princípios um ensino de qualidade e de igualdade para todos. Nesta direção, o Estado tem também o dever de promover ações para assegurar a permanência dos alunos nas escolas. No tocante a família, esta tem seu papel de matricular e acompanhar junto à escola.

Após uma trajetória de dificuldades na infância e conseguir prosseguir com a conclusão dos estudos, em 2010 realizei a inscrição no Processo Seletivo Seriado (PSS) para o curso de Ciências Sociais, pois já havia concluído o ensino médio em 2008. Optei pela cidade de João Pessoa – PB porque tinha parentes que residiam lá. Neste sentido, ficaria mais fácil de estudar se conseguisse passar.

No ano de 2011, mês de março, iniciou-se minha vivência universitária na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em João Pessoa. A experiência no ensino superior era nova para mim. Tudo parecia muito difícil, e confesso que me senti “perdida” em um mundo universitário. Nem por isso me desanimei, uma vez que eu era uma aluna presente. Este curso exigia uma carga enorme de leitura, pois era bacharelado em Ciências Sociais. Desse modo, não fui bem no curso, e com a reprovação de alguns componentes curriculares, fui desanimando, perdendo o interesse, mas, com tudo isso, não queria abandoná-lo, visto que pensava assim: “tô aqui e tenho que ficar”. Além de tudo, este curso havia sido direcionado a mim através do meu irmão, que havia me sugerido.

Para Veloso Castelo Branco (2004, p. 34) as instituições decidem os infortúnios ou as glórias dos sujeitos:

O investimento social e familiar no “futuro” dos filhos demonstra essa “necessidade”, transformada numa neurótica conduta dos pais e dos jovens, que depositam todas as suas crenças no “vestíbulo”, o que permitiria a passagem do mundo da ignorância ao mundo da cultura letrada, mais do que isso, a saída da classe média, ou mesmo das classes populares, à elite intelectual e, em alguns casos, à elite dirigente, distante dos trabalhos manuais, símbolo do trabalhador “desclassificado”.

Ao passar quase 3 (três) anos, já havia trancado o curso, abandonando o período por causa da greve. Era o momento de mudar. Tinha feito recentemente o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em busca de passar em outro curso porque é através do ENEM a partir de 2009 que nos possibilita a entrada em universidades públicas ou até mesmo privada.

Dada à largada do Sistema de Seleção Unificada (SISU) do meio do ano, em 2013, não perdi essa oportunidade e me escrevi nas vagas destinadas as cotas<sup>12</sup>, como sempre estudei em escolas públicas. Optando por letras-inglês na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em Guarabira, a nota de corte se encontrava baixa, já que a minha média do ENEM não era tão boa. Quando saiu o resultado, vi que fui aprovada. Não medi esforço, e procurei de imediato o setor responsável para tomar as medidas cabíveis o quanto antes, porque tinha que garantir a matrícula na UEPB.

As aulas estavam para começar no mês de agosto, mas só vieram se iniciar no dia 30 de setembro do mesmo ano, já que a UEPB se encontrava em greve. Após todas essas mudanças, voltei para minha cidade.

Formada em Letras-inglês pela Universidade Estadual da Paraíba – Campus III, conclui o curso em 2017, devido a momentos de greve, sendo esta minha primeira formação acadêmica em um curso superior. Procurei trabalho na área na minha cidade mais não tive sucesso, visto que a minha formação só podia atuar no Ensino Fundamental II (anos finais) e no Ensino Médio. Às vezes, alegavam que se eu tivesse o magistério ou o curso em Pedagogia, poderia atuar na Educação Infantil, como também no ensino fundamental I (anos iniciais). Entende-se aqui que a “força cultural que adquire o diploma de curso superior, numa realidade de trabalho mal remunerado e de altos índices de desemprego” (Veloso Castelo Branco, 2004, p. 35). Como também “o mito da ascensão social pela via do diploma foi atualizado pelo ‘mito do emprego’” (Veloso Castelo Branco, 2004, p. 406).

Recordando esses caminhos percorridos, ano após ano, uma trajetória de muita luta junto a minha família, consegui chegar ao ensino superior. Mas também não foi fácil permanecer na universidade, porque morava na zona rural, no sítio Engenho Avarzeado de Baixo, Município de Pilões/PB, e teria que me deslocar até a cidade para poder ir de ônibus escolar até a UEPB de Guarabira, fazendo um percurso longo e cansativo.

No entanto, para chegar até a cidade, eu tinha que ir de moto, pagar todos os dias por um transporte. Realidade difícil para minha situação financeira. Além de despesas com xérox e lanches. Para garantir a minha permanência na Universidade

---

<sup>12</sup> Desde 2012, a partir da lei nº 12.711, instituiu-se a Lei de Cotas, determinando 50% das vagas das instituições públicas de ensino superior aos candidatos que estudaram os 3 anos do ensino médio em escolas públicas brasileiras.

fui passar uns dias com uma tia em outra cidade, em Alagoinha/PB, até poder conseguir uma bolsa estudantil, o auxílio moradia, ofertada pelo programa Pró-Reitoria Estudantil (PROEST) que garante permanência de estudantes em estado de vulnerabilidade. Quando fui contemplada, passei a morar em Guarabira, onde residi por um longo período. A partir desses objetivos alcançados, dessas lutas que eram diárias, consegui terminar meu primeiro curso, passando a ser a segunda pessoa da família em ter um curso superior.

Entretanto, como esse era o meu foco, pesquisei no site da UEPB e vi que estava aberta uma seleção para vários cursos para quem já tinha uma graduação no ano de 2020. Fiz a inscrição imediata e fui aprovada com sucesso.

No momento, estou atuando como professora da educação infantil há três anos, na minha cidade Pilões/PB em uma escola pública. A experiência como professora possibilita um o aprendizado em um processo contínuo. A Secretaria de Educação traz muita formação para os professores em busca de estar melhorando suas práticas educativas e metodologias em sala de aula, fazendo com que o profissional esteja qualificado cada vez mais.

A educação, como sabemos, é um direito de todo cidadão. O primeiro contato da criança com a escola hoje é mais fácil, partindo da efetivação das políticas educacionais e ampliação de oferta de escolas e, conseqüentemente, realização de matrículas. O direito a educação se relaciona a obrigatoriedade escolar: a oferta de escolas, o transporte escolar, a alimentação escolar, entre outras ações, são medidas importantes para garantia do acesso e permanência na escola.

Em função disso,

Quando falamos em transformação, temos presente a interdependência entre o transformar, formar e agir. A efetivação deste tripé deve ser um ato de emancipação e melhoramento de condição de vida dos sujeitos e grupos da sociedade. Em contraposição, entendemos que a transformação em si é enfrentamento, choque de realidade de um determinado contexto, em que os sujeitos envolvidos não compreendem a importância de se instaurar a mudança que, muitas vezes, desestabiliza, sendo ela subjetiva do próprio sujeito ou da sociedade (Fortuna, 2016, p. 64).

A transformação faz parte da sociedade e do indivíduo podendo, muitas vezes, não ser aceita por falta de compreensão.

Para mim, como pessoa e professora, é como fazer uma viagem ao tempo e ver que as coisas poderiam ter sido diferentes. Mas, marcada por uma luta e força

de vontade, a força de querer aprender e de querer um futuro melhor, só seria possível através dos estudos.

Hoje, com uma graduação e concluindo a segunda, a primeira em Letras-Inglês e a segunda em Pedagogia, ambas pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, estou me tornando uma profissional qualificada. Tudo isso só foi possível porque teve uma pessoa que nunca desistiu de lutar pela minha autonomia: a minha mãe Hilda Luiz da Silva que sempre fez de tudo para buscar uma educação escolar para os filhos. Foi através dos estudos que pude mudar a minha realidade.

Portanto, trazer o meu relato de experiência a partir da minha trajetória educacional como ferramenta para reflexão em torno da minha vida acadêmica e profissional, tendo a oportunidade de narrar sobre minhas dificuldades e barreiras superadas, de uma verdadeira batalha para conseguir estudar. É como voltar no tempo, as lembranças surgem de uma infância encorajada.

Mas não posso deixar de falar um pouco dos professores que passaram por mim, que contribuíram muito para a educação que transformou a minha vida, o quanto foram importantes para mim, pode ter certeza que deixaram um pouco de seu legado comigo.

Portanto, educador/a e educando/a encontram-se em constante reconstrução e ressignificação de postura e conhecimento, isso abre possibilidade relacional e dialógica, favorecendo a troca de experiências e de conhecimentos (Fortuna, 2016, p. 70).

Os professores do ensino básico, responsáveis pelos primeiros pilares, em especial os do ensino fundamental, dos quais tenho contatos com quase todos por residir na mesma cidade e de atuar com alguns na educação infantil. Não podendo faltar os do ensino médio e, por fim, os do ensino superior que contribuíram ainda mais com o meu pensamento crítico e reflexivo para viver em sociedade.

Ao fazer uma explanação da minha educação inicial, quando comecei a estudar, os recursos eram poucos. Os professores da época tinham que buscar outras alternativas para resolver muitos problemas.

Por fim, o acesso e a permanência a escola na perspectiva também de uma educação de qualidade reflete a dívida histórica do país na garantia ao direito à educação.

#### 4. 2 Grupo Escolar Alcides Lourenço: narrativa de uma ex-professora

A professora Maria José da Conceição nasceu em 01 de janeiro de 1957 no Engenho Lajinha, Município de Areia/PB. Sua mãe, dona de casa, tinha origem do sertão e já o seu pai, agricultor, era do brejo paraibano.

Formada em uma família com mais seis irmãos, a professora conta que sua mãe foi uma grande incentivadora de seus estudos, mesmo esta não possuindo estudos, pois nem sua mãe nem seu pai frequentaram a escola.

Ela aprendeu suas primeiras letras em um Grupo Escolar de Lajinha, localizado no Município de Areia-PB, usando cartilhas e régua para apontar as letras, soletrando-as. Não diferentemente, para ter acesso à escola, fazia uma longa caminhada. Por conseguinte,

Era longe, eu era muito nova. A gente, eu lembrava que a gente andava mais de uma hora a pés pra chegar na, na escola, não tinha carro, não tinha meio de transporte pra levar, não. Era tudo a pés, ida e volta. Era difícil, viu. Era muito difícil antigamente na minha época (M. J. C., Entrevista concedida em 30 de Outubro de 2023).

Durante os anos de 1980, formou-se no Magistério. A professora aponta que os estudos foram importantes para poder trabalhar e receber seu salário que “não era muito agradável, não”. Na condição de mãe de quatro filhos e casada, houve compreensão para que pudesse atuar como professora. Apesar da dificuldade em conciliar a maternidade e a vida doméstica com o trabalho, ela teve apoio de familiares para conseguir lecionar.

A primeira instituição de ensino que a professora Maria José da Conceição lecionou foi o Grupo Escolar Alcides Lourenço. Sua relação com a comunidade se deu a partir da sua irmã, em que esta morava na região e influenciou seu vínculo. Assim, antes mesmo de trabalhar no grupo escolar, ela já conhecia o local, sendo até hoje reduto de sua moradia.

**Imagem 5:** Professora Maria José da Conceição dando aula.



**Fonte:** Arquivo pessoal da professora, s/d.

Sobre o espaço e a estrutura do Grupo Escolar Alcides Lourenço naquela época, a professora relata:

O grupo fica em frente à casa de farinha e a capela. A capela não existia na época ainda e a gente conseguiu uma verba com o pessoal da comunidade e até fora e, e, construímos a capela. Aí, o grupo fica bem pertinho da capela e só tinha uma sala, uma sala, e a areazinha com a cantina e o banheiro. E agora, depois foi reformada e agora que ampliaram mais ainda. Agora que tá, tá bem melhor (M. J. C., Entrevista concedida em 30/10/2023).

Era de telha, armamento de tijolo, é, era, foi até mudado o piso, piso tava bem ruim mesmo. Tinha um quadro e, é o quadro de giz, que a gente chamava de quadro negro. As carteiras, inclusive, as carteiras tá aí na foto [risos] (M. J. C., Entrevista concedida em 30/10/2023).

Como ela mencionou a escola ainda existe. E somente em 2021 passou por reformas significativas na sua estrutura, tendo em vista a ampliação das políticas educacionais e de financiamento que direcionam, atualmente, melhorias às escolas, que mesmo assim dependem de uma vontade política.

Conforme a professora narra, sua prática inicial foi difícil, pois, sua sala era multisseriada atendendo a primeira, segunda, terceira série e demais. Até hoje as escolas da zona rural vivenciam uma organização de salas multisseriadas<sup>13</sup>. A LDB (1996), em seu artigo 23, ratifica a organização em seriadas ou não-seriadas, por competência ou idade. A dificuldade em lidar com as salas multisseriadas, parte da falta de formação específica, bem como a organização errada deferida pelas

<sup>13</sup> Para melhores informações, ler o Trabalho de Conclusão de Curso de Santos (2023) intitulado *Salas Multisseriadas: um olhar sobre a prática docente no município de Duas Estradas-PB*, disponível no repositório da UEPB (DSpace UEPB).

secretárias de educação, que estabelecem um único professor para todas as séries presentes, além de direcionar múltiplas funções, atendendo à docência, a gestão e entre outras competências.

A escola multisseriada é uma forma de organização escolar que se caracteriza por reunir, em uma mesma sala de aula, alunos de diferentes séries, faixas etárias e níveis de aprendizagem, sob a responsabilidade de um único professor. Essa modalidade de ensino é comum em áreas rurais, onde a demanda de alunos é pequena e dispersa, e também em áreas urbanas de periferia, onde há carência de infraestrutura e recursos humanos (Silva; Oliveira, 2019, p. 15).

A citação apresenta a escola multisseriada como uma forma de organização escolar que atende a diferentes realidades, especialmente as mais carentes e desafiadoras. No entanto, a citação não aborda as vantagens e desvantagens dessa modalidade de ensino, nem as possíveis alternativas para melhorar a qualidade da educação nessas áreas. Segundo uma revisão da literatura internacional<sup>14</sup>, a escola multisseriada pode ser resultado de uma necessidade ou de uma opção pedagógica, dependendo do contexto e das políticas educacionais de cada país. Alguns estudos apontam que a escola multisseriada pode favorecer a troca de informações entre os alunos e a construção coletiva do conhecimento, enquanto outros destacam as dificuldades dos professores em lidar com alunos de diferentes idades e níveis de aprendizagem, além da precariedade do material didático e da infraestrutura.

Sobre os aspectos em torno de seus alunos, ela lembra que lecionou para públicos diferentes, crianças e adultos. Para a professora Maria José da Conceição, as crianças estão em fase de aprendizagem, possuindo vontade em aprender. Diferentemente, os adultos já possuem uma vida ativa no trabalho, possuindo preocupações e cansaço. E aprova que seu relacionamento com os alunos e pais foi bom, possuindo uma relação de diálogo com os alunos dando oportunidade para que eles pudessem conversar sobre suas dificuldades.

Em relação a sua aluna Fabiana da Silva (pesquisadora), ela fala que era uma boa aluna, autêntica e esperta no conhecimento. Lembra que sua principal dificuldade era de chegar até a escola devido à distância. Além de descrever que “a falta mesmo de conhecimento naquela época, que num faz tanto tempo assim que

---

<sup>14</sup>Cf. DARÓS PARENTE, Cláudia da Mota. **Escolas Multisseriadas**: a experiência internacional e reflexões para o caso brasileiro. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/DrWKHc9xpY9X9SmwK7K6wZw/?format=pdf>. Acesso em: 07 nov. 2023.

ela é nova. Mas a dificuldade é que não tinha tanto material avançado como hoje, né. Hoje é muito melhor, bem melhor do que antes” (M. J. C., Entrevista concedida em 30/10/2023). Assim, a professora justifica que os recursos em torno da promoção ao conhecimento na educação atual são mais acessíveis, com apropriação também da tecnologia.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa buscamos abordar, a partir do método Relato de Experiência, a trajetória educacional de uma aluna em formação inicial que a partir da disciplina *Educação e Direitos Humanos* do Curso de Pedagogia se inquietou sobre seu processo da trajetória educacional através de seu ingresso em escolas públicas na infância até o processo de formação na universidade.

Muito embora tenhamos uma Constituição Federal (1988) e uma LDB (1996) que defendam a educação como direito de todos, previsto no artigo 205 da constituição brasileira de 1988, por tempos esses direitos não foram ratificados em cidades interioranas do Estado da Paraíba, assim como em demais estados, ainda mais destacando a zona rural, onde a educação se mostrou, ao longo de minha experiência, morosa, no que concerne ao seu advento.

O direito à educação, embora assegurado, partiu-se pela obrigatoriedade escolar, consolidou-se gradativamente a partir da ampliação de oferta da educação básica, chegando a meados dos anos 1990 ainda de modo precário. O enfrentamento das demandas das políticas educacionais foi gradual e lento durante este período, direcionando paulatinamente a universalidade da educação básica, especialmente, a universalização do ensino fundamental.

Na garantia dos direitos a educação superior, a experiência ilustra o processo de ampliação das políticas educacionais em torno do acesso à universidade bem como a presença de políticas como as cotas e a assistência estudantil no percurso dos anos 2000.

Além disso, os empecilhos enfrentados na barreira do ingresso escolar levaram-me a refletir que a educação tem diversas matizes em que se contrastam a forma dicotômica do direito à educação as camadas pobres e do direito à educação para aqueles que já possuem muitos benefícios, normalmente facilitados por classes dominantes. Neste ponto, o acesso à educação se torna restrito, unilateral, ratificando a desigualdade educacional e ferindo um dos princípios básicos da nossa constituição citados anteriormente.

Em linhas gerais, a pesquisa ilustrou que mesmo com a garantia do direito à educação, o processo educacional nem sempre acontece de forma positiva, linear e progressiva. As dificuldades em torno do acesso a educação, por tempos, esteve

distante das pessoas, das comunidades, e daqueles que deveriam ter tais direitos, reforçando a desigualdade social, educacional e de classe.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, G. C. de. Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: O problema maior é o de estudar. **Educar em Revista**, Curitiba/PR, n. 39, p. 279-292, jan./abr. 2011.
- AMADO, J. **Manual de investigação qualitativa em educação**. 3. edição. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.
- BRETON, H. A narração da experiência vivida face ao “problema difícil” da experiência: entre memória passiva e historicidade. **RevistaPráxis Educacional**, v.17, n. 44, p. 38-51, jan./mar. 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 2 nov. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 2 nov. 2023.
- BOF, A. M. (Org.). **A Educação no Brasil Rural**. Brasília: INEP, 2006. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas\\_interdisciplinares/a\\_educacao\\_no\\_brasil\\_rural.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/a_educacao_no_brasil_rural.pdf). Acesso em: 17 out. 2023.
- CPDI. **Os desafios das escolas rurais no Brasil**. São Paulo: CPDI, 2019. Disponível em: <https://cpdi.org.br/escolas-rurais/6>. Acesso em: 17 out. 2023.
- CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, v. 116, p. 245-262, 2002.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FERRARO, A. R. A dívida educacional pública no Brasil: uma análise a partir do direito à educação. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 105, p. 273-296. 2008.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FLACH, S. F. Direito à educação e obrigatoriedade no Brasil: entre a previsão legal e a realidade. **Revista HISTEDBR online**, Campinas, n. 43, p. 285-303, set. 2011.
- FORTUNA, V. A relação teoria e prática na educação em Freire. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, Passo Fundo, v. 1, n. 2, p. 64-72, jan. 2016. ISSN 2447-3944. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/REBES/article/view/1056/746>. Acesso em: 4 nov. 2023.

GENTILI, P. A despolitização da educação: do consenso dos sem-voz ao consenso dos sem-vez. *In*: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, 1998.

HOGA, L. A. K.; ABE, C. T. Relato de experiência sobre o processo educativo para a promoção da saúde de adolescentes. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 34, n. 4, p. 407-412, 2000, Tradução. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0080-62342000000400014>. Acesso em: 02 nov. 2023.

INEP. **Censo Escolar 2019**: Resumo Técnico. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2020.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf). Acesso em: 17 out. 2023.

INFOESCOLA. Escola Rural. São Paulo: **InfoEscola**, 2020. Disponível em: <https://abrir.link/K07n5>. Acesso em: 17 out. 2023.

MUSSI, R. F. de F. *et al.* Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista Práxis Educacional**, v. 17, n. 48, p. 60-77, out./dez. 2021.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, I.; COURELA, C. Mudança e inovação em educação: o compromisso dos professores. **Interações**, n. 27, p. 97-117. 2013.

PAIVA, P. W. S. C.; MATOS, M. B. Relato de Experiência como docente na Escola Estadual Indígena Riachuelo. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 15, n. 31, p. 471-492, 2019. DOI: 10.22481/praxis.v15i31.4683. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/4683>. Acesso em: 2 nov. 2023.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.

RICHARSON, J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017.

SILVA, M. A.; OLIVEIRA, R. C. Educação multisseriada: concepções e práticas pedagógicas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 4, n. 1, p. 13-32, 2019.

SAVIANI, D. **A dualidade básica do sistema de ensino brasileiro e o papel das instituições privadas de educação superior na atualidade**. *In*: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

TORRES, M. R. **Educação do Campo**: por uma superação da Educação Rural no Brasil. Curitiba: UFPR, 2008. Disponível em: <https://abrir.link/TyCbb>. Acesso em: 17 out. 2023.

VELOSO CASTELO BRANCO, U. A construção do mito do meu filho doutor: fundamentos históricos do acesso ao ensino superior no Brasil-Paraíba. 2004. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, **Universidade Federal de Pernambuco**, Recife, 2004.

## ANEXOS

## ANEXO A – FICHA DE MATRÍCULA EM 1994.

ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
POSIÇÃO DE MATRÍCULA  
- 1994 -

NOME DA ESCOLA: Grupo Escolar Alcides Lourenço  
 ENDEREÇO: Engenho Ararzelado de cima 2º GRAD  
 SÉRIE: 11<sup>le</sup> NOVARO ( )  
 TURNO: manhã DEZEMBRO (x)

I-DADOS SOBRE O ALUNO:  
 NOME: Fabriana da Silva SEXO: feminino  
 DATA DE NASCIMENTO: 01/05/1986 NATURAL DE: Areia ESTADO: PB  
 NACIONALIDADE: Brasileira RELIGIÃO: católica  
 REGISTRO Nº 12.173 LIVRO Nº A-12 FOLHA Nº 117  
 PROFISSÃO: \_\_\_\_\_ ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_

II-DADOS SOBRE OS PAIS:  
 I-NOME DO PAI: Manoel Joaquim da Silva VIUVO: (x)  
 IDADE: 48 NATURAL DE: Areia PROFISSÃO: agricultor  
 GRAD DE INSTRUÇÃO: \_\_\_\_\_ RELIGIÃO: católica  
 ENDEREÇO: Engenho Ararzelado de Baixo CIDADE: Pitões  
 II-NOME DA MÃE: Hilda Luig da Silva VIUVA: (x)  
 IDADE: 45 NATURAL DE: Pitões PROFISSÃO: doméstica  
 GRAD DE INSTRUÇÃO: \_\_\_\_\_ RELIGIÃO: católica  
 ENDEREÇO: Engenho Ararzelado de Baixo CIDADE: Pitões

III-DADOS SOBRE O REMISSOR(A):  
 NOME: \_\_\_\_\_ ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
 ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_ NATURAL DE: \_\_\_\_\_  
 GRAD DE INSTRUÇÃO: \_\_\_\_\_ PROFISSÃO: \_\_\_\_\_  
 ENDEREÇO: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_

IV-OUTROS DADOS:  
 ESCOLA DE PROCEDÊNCIA: Grupo Esc. Remigio Sobrinho Lima  
 ENDEREÇO: Engenho Sabocal CIDADE: Pitões  
 SÉRIE: 11<sup>le</sup> ANO: 1994  
 V-DOCUMENTO APRESENTADO À ESCOLA: Registro  
 DATA: 02/09/1994

Prof. Cícera de Souza Gonçalves  
 ASSINATURA DOS PAIS OU RESSOR(A)

## ANEXO B – FICHA DE MATRÍCULA EM 1996.

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FICHA DE MATRÍCULA - 1996

I-IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO:  
Nome do Estabelecimento de Ensino: Grupo Escolar Municipal de Ananizeado de Baixo.  
Endereço: Ananizeado de Baixo SÉRIE: ALF 1ª SÉRIE

II-IDENTIFICAÇÃO E CADASTRO:

1-Nome do Aluno(a): Fabiana da Silva SEXO: F  
Data de Nascimento: 01/05/46 Natural de deste Estado UF: PB

2-Nome do Pai: Mamuel Joaquim da Silva VIVO:  ( )  
Profissão: Agricultor Idade: 49  
Endereço: Ananizeado de Baixo Município: Pilões

3-Nome da Mãe: Hilda Luis da Silva VIVO:  ( )  
Profissão: Doméstica Idade: 48  
Endereço: Ananizeado de Baixo Município: Pilões

4-Nome do Responsável: Hilda Luis da Silva Idade: 48  
Profissão: Doméstica Grau de Parentesco: Mãe  
Endereço: Ananizeado de Baixo Município: Pilões

III-CARACTERIZAÇÃO

1-Situação do aluno na série atual (1996)  
 Primeira matrícula na série  
 Repetente por ter sido REPROVADO  
 Repetente por ter se afastado por abandono  
 Repetente apesar de ter sido APROVADO

2-Situação do aluno no ano anterior  
 Não frequentou  
 Abandonou  
 Foi Reprovado  
 Foi Aprovado

3-Escola de Origem: Grupo Escolar Municipal de Ananizeado de Baixo  
Endereço: Ananizeado de Baixo Município: Pilões  
SÉRIE: ALF ANO: 1996

Pilões - PB, 26 de Junho de 1996

Ana Cristina dos Santos A. Hilda Luis da Silva  
ASS. DIRETOR/PROFESSOR PRES. DO RESPONSÁVEL

## ANEXO C – FICHA DE MATRÍCULA EM 1998.

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTO**  
**ADMINISTRAÇÃO "COM O POVO OUTRA VEZ"**

**FICHA DE MATRÍCULA**

*1ª Série*

**IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO**

**NOME DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO**

Grupo Escolar Aldeias Mourões

**ENDEREÇO**

Rua Ararazado de Lima

**II - IDENTIFICAÇÃO CADASTRAL**

1 - Nome do Aluno:	<u>Tabiana da Silva</u>	Ser.: (F)
Nascimento:	<u>01/05/86</u>	Idade: <u>12</u>
Natural de:	<u>Olagoinha</u>	U.F. <u>PB</u>
2 - Nome do Pai:	<u>Abanuel Joaquim da Silva</u>	Vivo (X) S ( ) N
Profissão:	<u>Agricultor</u>	Idade: <u>53</u>
Endereço:	<u>Rua Ararazado de Baizes</u>	Município: <u>Pilões</u>
3 - Nome da Mãe:	<u>Hilda Leuz da Silva</u>	Viva (X) S ( ) N
Profissão:	<u>Agricultora</u>	Idade: <u>49</u>
Endereço:	<u>Rua Ararazado de Baizes</u>	Município: <u>Pilões</u>
4 - Nome do Responsável:		Idade:
Profissão:		Grau de Parentesco:
Endereço:		Município:

**III - CARACTERIZAÇÃO**

<b>1 - SITUAÇÃO DO ALUNO NA SÉRIE ATUAL :</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	PRIMEIRA MATRÍCULA NA SÉRIE
<input type="checkbox"/>	REPETENTE POR TER SIDO REPROVADO
<input type="checkbox"/>	REPETENTE POR TER SE AFASTADO POR ABANDONO
<input type="checkbox"/>	REPETENTE APESAR DE TER SIDO APROVADO
<b>2 - SITUAÇÃO DO ALUNO NO ANO ANTERIOR</b>	
<input type="checkbox"/>	NÃO FREQUENTOU
<input type="checkbox"/>	ABANDONOU
<input type="checkbox"/>	FOI REPROVADO
3 - Escola de Origem: _____	
Endereço: _____	Município: _____
Série: _____	Ano: _____

Pilões - Pb, 34, 01, 98

Maria José da Conceição

P.P. 06/98

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor(a),

Esta pesquisa é **DIREITO À EDUCAÇÃO: Relato de Experiência e Trajetória Educacional de uma Aluna em Formação** e está sendo desenvolvida por Fabiana da Silva, aluna do Curso de Pedagogia, na linha de pesquisa em Fundamentos da Educação e Formação Docente, pela Universidade Estadual da Paraíba campus III, sob a orientação do/a Professora Doutora Thayana Priscila Domingos da Silva.

O objetivo geral de nossa pesquisa é refletir sobre o direito à educação construída historicamente, partindo do viés da narrativa de trajetória de educacional conduzida pelo relato de experiência de uma aluna em formação.

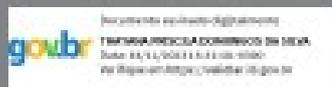
Solicitamos a sua colaboração para a concretização desta pesquisa, a qual será necessária à realização de uma entrevista gravada em áudio(seguida de um roteiro de questões semiestruturadas sobre(ex.: origem familiar, cotidiano, formação e atuação educacional), como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor (a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.





Assinatura do(a) Orientador(a) Responsável

*Jabiana da Silva*  
Assinatura do(a) Pesquisador(a) Responsável

*Maria José de Araújo*  
Assinatura do(a) Participante da Pesquisa

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) (83) 99918-1741 ou orientador(a) (83) 98813-6158.

Endereço: R. Gov. Antônio Mariz, S/N - Areia Branca, Universidade Estadual da Paraíba - Campus III / Centro Departamento de Pedagogia Telefone: (83)

cidade, Guarabira, 30/10, 2023.

Observação: A primeira lauda será rubricada e a segunda assinada tanto pelo pesquisador como pelos participantes da pesquisa

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A PROFESSORA E.M.E.F.  
ALCIDES LOURENÇO**

**TÍTULO DA PESQUISA:**

**PESQUISADORA:** Fabiana da Silva

**ORIENTADOR:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>Thayana Priscila Domingos da Silva

**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**I PARTE: ORIGEM, FAMÍLIA E COTIDIANO**

1. Nome completo e data de nascimento
2. Onde e quando nasceu?
3. Qual é a história de origem de sua família?
4. Fale um pouco da sua experiência em família, destacando as origens e influências dos familiares (antepassados) na sua vida anterior e atual.
5. Quantos irmãos formavam a sua família?
6. Alguém da família influenciou sua trajetória de vida?
7. Qual era a profissão dos seus pais?
8. Sua família era religiosa?
9. Como era sua casa? Grande, pequena?
10. Quais lembranças de infância e adolescência foram mais marcantes em sua trajetória?
11. Em quais cidades vivenciou sua experiência de infância e adolescência?

**II PARTE: FORMAÇÃO EDUCACIONAL E ATUAÇÃO**

1. Como foi o seu primeiro contato com a escola?
2. Como e com quem aprendeu a dominar as primeiras letras?

3. Qual escola frequentou em cada série?
4. Quais os ensinamentos que mais lhe marcaram em seus estudos?
5. Fale um pouco das lembranças da escola de sua infância escolar?
6. Como era a atuação das professoras da época?
7. Como era vivido o cotidiano escolar?
8. Tem lembranças de seus amigos/as da escola?
9. Os seus irmãos e irmãs cursaram na mesma escola?
10. Qual a sua formação?
11. Que influência teve os estudos para a sua vida profissional?
12. Quais os principais ensinamentos do magistério foram mais marcantes em sua trajetória de formação?
13. Onde e quando iniciou a sua formação do magistério?
14. Alguém influenciou em sua formação?
15. Professore/as ou outras pessoas foram marcantes para suas escolhas profissionais?
16. Já estava casada nesta época?
17. (SE CASADA) Qual a profissão do seu marido?
18. Quais as leituras que nortearam a sua formação do pedagógico nos primeiros anos?
19. Qual era o material didático mais utilizado na escola da época?
20. Possui formação superior?
21. Em que ano iniciou a sua atuação como educadora?
22. No início da carreira profissional já tinha filhos? Quantos?
23. (SE CASADA) Como era conciliar a condição de esposa, mãe e educadora?
24. (SE CASADA) Qual era o posicionamento do seu marido ou família com relação a suas atividades de educadora?
25. Lecionou em quais escolas e séries? Teve outros ambientes que ensinou?

26. Quando e qual foi a primeira escola em que exerceu as atividades como docente?
27. Lecionou em escolas religiosas?
28. Lecionou em outros Programas ou Projetos do Governo? Quando? Como se dava?
29. Exerceu atividade administrativa/gestora na comunidade escolar?
30. Já conhecia a comunidade antes de atuar como educadora? Como?
31. Como se deu o vínculo com a comunidade escolar?
32. Atuou por quanto tempo?
33. Onde estava localizada sua sala? Como era?
34. Como era a estrutura escolar?
35. Quais os dias e horários das aulas ou outras atividades escolar?
36. Como era a formação de sua sala?
37. Quais lembranças de seus alunos/as?
38. Qual foi a sua aprendizagem na perspectiva de educadora? O que tiras de lição?
39. Quais são as lembranças mais marcantes da tua trajetória de educadora?
40. Você atuou com crianças e adultos?
41. Você sentiu alguma diferença entre os dois públicos com o qual você já atuou: crianças e adultos?
42. Como era seu relacionamento com os/as alunos/as? E com os pais?
43. Como aconteciam as aulas? Quais os assuntos trabalhados em sala de aula?
44. Como era a frequência de seus alunos?
45. Quais as dificuldades e potencialidades em ensinar, ser professora?
46. Como estava o contexto da sua cidade quando atuava como professora?
47. O que achava do seu salário como professora?
48. Quais lembranças sobre Fabiana aluna?

49. Quais dificuldades e potencialidade de Fabiana como aluna?